

"O governo não mexe no câmbio. Quando se desvaloriza a moeda, o povo paga, porque sempre se transfere para os preços a desvalorização"



"Estamos desprivatizando o Estado para utilizar os recursos que são do povo, que estão no Estado para fins públicos, sem que haja a intermediação privada direta"

Economia cresce, pouco, há dez anos

Para estabilizar a moeda, a equipe econômica de Fernando Henrique Cardoso acabou tendo de trocar inflação por mais dívida pública

O PIB DO BRASIL DESDE OS ANOS 90

O Produto Interno Bruto (PIB) de um país é a soma das riquezas criadas pela produção de bens e serviços durante um ano. A apuração dos dados é feita em três setores: a agropecuária, a indústria (de bens de consumo, de capital - máquinas e equipamentos - de extração de petróleo, da geração, transmissão e distribuição de energia, construção civil) e os serviços (comércio, comunicações, administração pública, bancos e aluguéis, entre outros)

Política de aperto monetário e elevação de juros. Desemprego explicado em parte pela base de comparação fraca do ano anterior (queda de 4,4% no PIB)

Crise política e afastamento do presidente Collor. Inflação de 1.119,10% pelo IPCA, contração de salários, alta de juros e queda de gastos públicos. Empresas se ajustam à abertura da economia e cortam vagas

Crise política e afastamento do presidente Collor. Inflação de 1.119,10% pelo IPCA, contração de salários, alta de juros e queda de gastos públicos. Empresas se ajustam à abertura da economia e cortam vagas



Importados nas lojas, juros na estratosfera

Assim, o Brasil passou a ter déficits crescentes na balança comercial, pois faltaram produtos para exportar e as importações começaram a inundar as prateleiras de lojas e supermercados, e também as barracas de camelôs. Nenhuma economia suportaria esse ritmo, e a solução encontrada pelas autoridades econômicas foi elevar as taxas de juros para a estratosfera. O crédito ficou caro e muitos brasileiros não conseguiram pagar suas prestações em dia. A euforia do real então esmoreceu quando os problemas começaram a surgir. A inadimplência contribuiu para quebrar instituições e grupos financeiros que estavam mais frágeis, obrigando o Banco Central a criar um programa de saneamento do setor, o Proer, pelo qual bancos tidos como saudáveis absorveram os que estavam à beira da ruína. Duramente criticado pela oposição no início, o Proer acabou sendo absorvido pelo tempo. Sem esse programa, dificilmente a estabilidade monetária teria sido mantida: haveria uma quebra generalizada no sistema financeiro, levando o público a abandonar o real — mais ou menos o que aconteceu posteriormente na Argentina. As taxas de juros elevadas atraíram grandes somas de capital especulativo para o país, e a sobre de dólares fez com que a paridade do real com a moeda americana fosse sustentada na base de 1 para 1. Mas a alegria durou pouco.

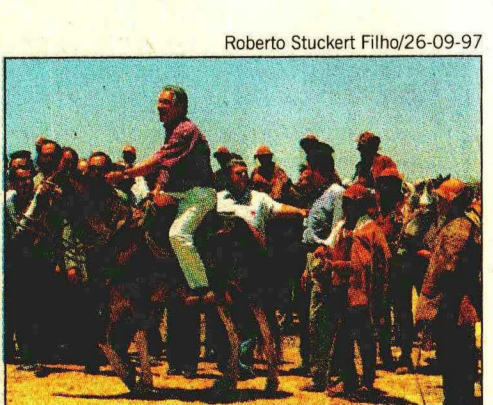
A TAXA BÁSICA DE JUROS



INFLAÇÃO MEDIDA PELO IPCA



1997 Guilherme Vaníncio/22-08-97



A CAVALO Em Petrolina, Pernambuco, Fernando Henrique toma emprestado o cavalo de um vaqueiro e mostra destreza ao montá-lo para uma cavalgada



COM O CACIQUE O cacique Aritana participa com o presidente Fernando Henrique para uma cerimônia que lançou um pacote de demarcação de 22 áreas indígenas



COM A REALEZA A rainha Elizabeth II, da Inglaterra, recebe o presidente Fernando Henrique para um passeio no carruagem real. Ele ficou hospedado no Palácio de Buckingham

"Todas as vezes que no Brasil se quer atender aos mais pobres, os ricos gritam como se fosse em nome do povo. A injustiça não se suprime por decreto"



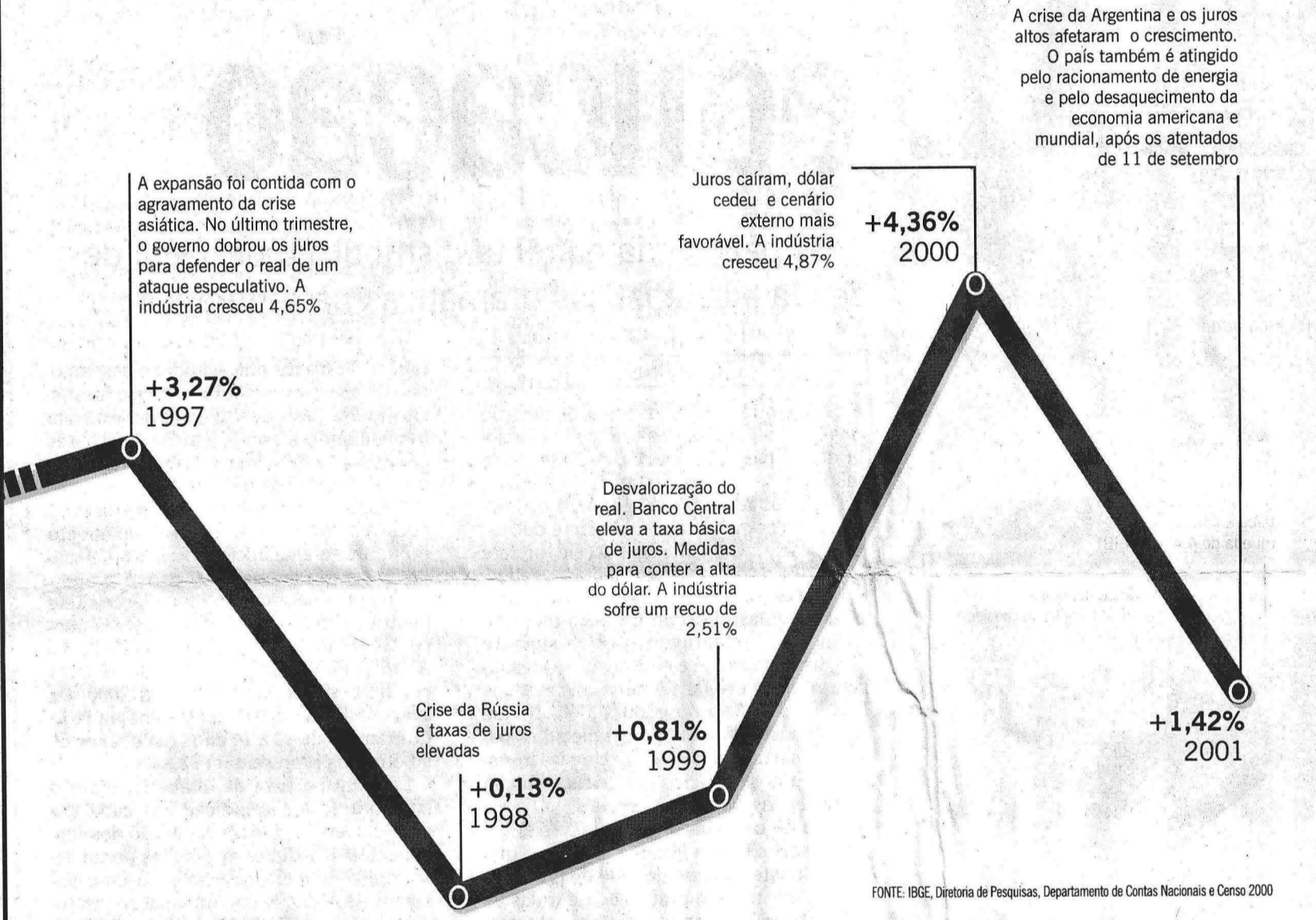
"Se isso estivesse ocorrendo nos EUA ou na Inglaterra (crise do Bamerindus), qual seria a reação do governo? Deixaria o quarto maior banco do país quebrar?"

Crises financeiras no Sudeste da Ásia, em 1997, e a moratória da Rússia em agosto de 1998 deixaram o Brasil como a bola da vez nos mercados internacionais. Por duas ocasiões o país chegou a perder US\$ 30 bilhões de reservas em apenas um mês. O governo tentou esticar o regime de bandas estreitas no câmbio o quanto pôde, até porque na época se acreditava que uma mudança nessa política ressuscitaria o dragão da inflação. E o principal trunfo político do presidente Fernando Henrique — fundamental para sua reeleição por maioria absoluta de votos em outubro de 98 — era a estabilidade da moeda. Em janeiro de 99 nova onda especulativa — que teve como estopim as declarações do governador Itamar Franco, de Minas, sobre a suspensão de pagamentos de dívidas do estado junto à União — fez Fernando Henrique substituir Gustavo Franco por Chico Lopes na presidência do Banco Central. FH já se convencera da neces-

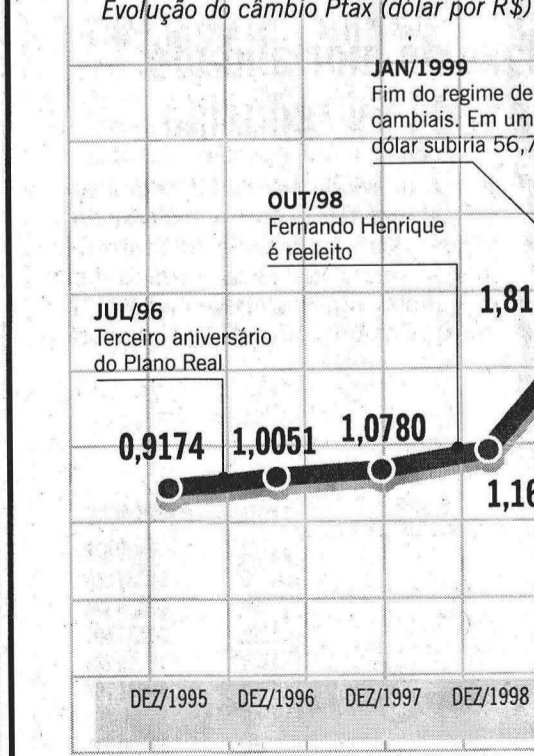
sidade de mudar o câmbio, e a razão da escolha de Chico Lopes foi que, a pedido do presidente, o economista havia concluído entre o Natal e o Ano Novo um estudo propondo sobre a fórmula de transição para o novo regime cambial. Tal fórmula não deu certo e precipitou a adoção do câmbio flutuante. A direção do Fundo Monetário Internacional, que acabara de assinar um acordo com o Brasil, ficou estupefata com a mudança e convocou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, para reunião em Washington, sugerindo que o país decretasse feriado bancário, proposta que o ministro recusou. Chico Lopes acompanhou Malan aos Estados Unidos e voltou de lá praticamente destituído, pois toda a responsabilidade sobre a maneira desastrosa da mudança no câmbio recaiu sobre ele. Em meio à confusão, Arminio Fraga foi convidado para presidir o Banco Central. Todo o segundo mandato de Fernando

Henrique seria marcado por crises financeiras agudas, mas grandes progressos foram feitos na política econômica nesse período. O setor público finalmente passou a acumular superávits primários (receitas menos despesas, excluindo-se encargos financeiros), criando condições para se estabilizar a dívida pública a médio e longo prazos. O arcabouço institucional para que as finanças públicas permanecessem em ordem foi assegurado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que pune os governantes que criarem despesas sem garantirem previamente o equivalente em receitas. União, estados e municípios têm um teto para suas dívidas. E os gastos com folha de pagamento ficaram sob camisa-de-força. Fernando Henrique acelerou as privatizações em todas as áreas. A Vale do Rio Doce, que era considerada uma das jóias da coroa, foi vendida sob protestos até de políticos aliados — o ex-presidente Sarney a considerava uma agência de desenvolvi-

mento — mas hoje apenas os ultra-radicalizados condenam essa iniciativa. A Vale privatizada se tornou mais próspera, e como tal vem alcançando investimentos em segmentos cruciais para o país, como o cobre (em quatro anos, o Brasil deixará de ser importador do produto). O controle acionário das empresas que compunham o antigo sistema Telebrás foi vendido por cerca de US\$ 20 bilhões na época, com um ágio fabuloso. E o resultado da privatização não poderia ter sido melhor: os brasileiros que vivem em áreas com mais de 600 habitantes podem ter instalada uma linha de telefone fixo em sua residência no prazo de 15 dias, pagando uma taxa de R\$ 75. Antes da privatização, as linhas telefônicas eram negociadas por até R\$ 5 mil num mercado paralelo. Hoje, oito milhões de usuários se conectam à internet, coisa de Primeiro Mundo. Com o arrendamento das malhas ferroviárias, o governo federal obteve uma receita anual de R\$ 300 milhões, no lugar de um prejuízo que chegava a US\$ 300 milhões por ano com a antiga Rede Ferroviária Federal, estatal que nunca deu lucro. A quebra do monopólio do petróleo trouxe para o país mais de 40 empresas de exploração e produção, e centenas de fornecedores e prestadores de serviços. A Petrobras não sofreu qualquer arranhão com a abertura. Livre das amarras, a estatal produz o equivalente a 1,8 milhão de barris diários de petróleo e gás natural. Com as descobertas já feitas e os investimentos em curso, a ambiciosa auto-suficiência em petróleo será alcançada antes de 2005.



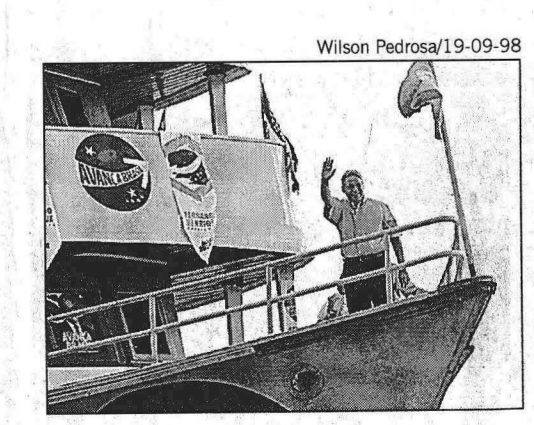
A DISPARADA DO DÓLAR



1998 Dida Sampaio/22-04-98



PRIVATIZAÇÃO DAS TELES Entre Vilma Motta, viúva do ministro das Comunicações, Sérgio Motta, e seu substituto, Mendonça de Barros, Fernando Henrique recebe o martelo usado no leilão das teles



AVANÇA BRASIL O presidente Fernando Henrique Cardoso aena da proa de um barco no Rio Negro, no Amazonas, com cartazes de propaganda do seu plano de governo para o segundo mandato



RELEIÇÃO No dia da diplomação para o segundo mandato, Fernando Henrique mostra o primeiro diploma concedido no Brasil a um presidente com a palavra reeleito